

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 129

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE SETEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos saudar os nossos visitantes, alunos da Escola de 1º Grau Primeiro Centenário, de Campo Largo, acompanhados do vereador Lino Petri.

A nossa saudação e nossas boas-vindas à nossa Casa de Leis.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2990

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, providências da Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em relação ao tratamento inadequado e desrespeitoso para com este parlamentar, por parte da servidora pública do município de Curitiba, exercendo o cargo de Fiscal do Serviço Funerário, Sra. Patrícia Rocha Carneiro, ocorrido no último dia 13 de setembro do corrente ano, na Capela Mortuária do Cemitério de Santa Cândida, nesta Capital.

Outrossim, segue anexo o relato do ocorrido.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Relato do Sr. Sidnei Martins de Jesus,
enteado do Sr. Antonio Carlos da Silva, falecido
em 12 de setembro de 2001
no município de Colombo / PR

Relata que por volta das 19h30min do dia 12 de setembro de 2001 entrou em óbito o Sr. Antonio Carlos da Silva Santos, sendo imediatamente acionados o Siate, Hospital de Colombo, Polícia Militar e Polícia Civil.

O encaminhamento do corpo para o IML de Campina Grande do Sul foi feito pela Polícia Civil, sendo o mesmo liberado para a cerimônia funerária por volta das 10h00 do dia 13 de setembro (quinta-feira).

No mesmo dia 12 de setembro de 2001, quarta-feira à noite, ao dirigir-se à capela do Cemitério Santa Cândida para abertura do túmulo memorial, foram informados que deveriam retirar autorização junto ao Cemitério Municipal de Curitiba para a abertura e respectivo sepultamento.

Chegando ao Cemitério Municipal, na madrugada do dia 13 de setembro (quinta-feira) solicitaram autorização para a referida abertura do túmulo e respectivo sepultamento. Após a liberação que teve o custo de R\$40,00 (quarenta reais), perguntaram qual seria o procedimento da funerária. A funcionária municipal Marilza questionou-os a respeito da localização do serviço funerário.

Ao informarem que a localização do mesmo era no município de Colombo, a mesma alertou que o serviço não poderia ser de funerária de Colombo e sim de Curitiba, porque assim estabelecia a legislação, já que o Sr. Antonio Carlos da Silva Santos faleceu em Colombo, mas seria sepultado em Curitiba (Cemitério Santa Cândida). Após as informações, essa funcionária informou-os que a funerária seria escolhida mediante sorteio via computador, no que a família concordou. No entanto, foi sorteada a Funerária Unilutus, localizada defronte o Cemitério Municipal. A mesma foi acionada imediata-

mente, e em questão de minutos chegou com toda documentação em mãos, o que causou estranheza à família.

Informaram ainda que dentro das dependências do Cemitério Municipal existe exposição de urnas fúnebres, de interesse privado e não público, e que o material lá exposto não confere com o apresentado na devida funerária.

O orçamento apresentado, ainda no Cemitério Municipal foi de R\$285,00, porém, quando chegaram na funerária o orçamento subiu para R\$1.600,00. Após muita discussão o preço foi reduzido para R\$600,00, praticamente das mesmas mercadorias: urna funerária, flores e acessórios. O referido valor foi pago com dois cheques de R\$300,00.

A Funerária Medianeira, de Colombo, ofereceu o mesmo serviço, com urna funerária e acessórios por R\$200,00.

A família informou-se e descobriu que não era obrigada a contratar o serviço funerário de Curitiba. Sendo assim, optou pelo serviço da Funerária Medianeira e retornou à Funerária Unilutus para desfazer o negócio e recuperar os cheques, a qual se negou e encaminhou os familiares ao Serviço Municipal Funerário de Curitiba, foram atendidos pela Sra. Salete, que os tratou ironicamente e afirmou que seria necessário o pagamento de R\$113,00 (cento e treze reais) para a Funerária de Curitiba, como taxa de transferência da prestação de serviços para a Funerária Medianeira. O pagamento foi efetuado sem emissão de recibo.

Ocorre que, quando da cerimônia funerária, no dia 13 de setembro, no Cemitério de Santa Cândida, enquanto familiares e amigos velavam o corpo, a servidora pública municipal, Patrícia Rocha Carneiro, fiscal da Central de Serviço Funerário da Prefeitura de Curitiba, chegou ao local e literalmente, chutou os acessórios da Funerária Medianeira, os quais apoiavam a urna fúnebre, tentando trocá-los pelos acessórios da Funerária Unilutus de Curitiba.

Familiares e amigos presentes foram agredidos verbalmente pela fiscal Patrícia Rocha Carneiro, que defendia a Funerária Unilutus e sua colega de trabalho, Sra. Salete, afirmando que os familiares estariam praticando roubo em relação ao serviço funerário.

A referida fiscal ainda agrediu o funcionário Jamil, da Funerária Medianeira, retirando seu crachá e dizendo que o referido serviço deveria estar sendo prestado pela Funerária Unilutus, de Curitiba.

A Sra. Patrícia ainda agrediu verbalmente um dos familiares, chamando-o de “louco”, quando o mesmo pedia para que ela esperasse a chegada do advogado da família.

A servidora Patrícia Rocha Carneiro incorreu em crime, previsto no artigo 209 do Código Penal Brasileiro - “impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária: pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa” - previsto no Capítulo II - Dos Crimes Contra o Respeito aos Mortos.

O deputado Edson Strapasson chegou ao local e passou a defender a família, sendo agredido verbalmente pela Sra. Patrícia Rocha Carneiro, que chegou a afirmar: “você não é autoridade nenhuma”, dizendo ainda: “na hora de pedir caixão você sabe quem procurar”. “Eu sou prima do deputado Plauto Miró Guimarães e conheço o Bibinho, vou ligar pra eles”.

A referida fiscal, Patrícia Rocha Carneiro, desrespeitou o deputado Edson Strapasson, agredindo-o verbalmente e desqualificando-o como autoridade estadual.

O ilustre deputado estava no local, defendendo os interesses da família, que estava sendo muito humilhada pela referida fiscal.

Inúmeras testemunhas podem confirmar o presente relato: Maria Aparecida da Silva Cadema, Luiz Carlos Cadema, Marilete Costa Bezerra, José Carlos da Silva, Silvana Aparecida Correa Lemes, Sergio Antonio e Lizabeth Biora S. Batista.

Curitiba, 17.09.2001.

(a) SIDNEI MARTINS DE JESUS

REQUERIMENTO Nº 3010

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Madalena Ferrari Bauer, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3011

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Araci Rangel Seixas, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3012

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alice Vialle Zacharias, aos 88 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3025

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Santos, pelo falecimento da Sra. Clarice Santos, ocorrido no dia 18 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedido aos servidores e funcionários do Quadro da Assembléia Legislativa o vale-refeição, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1.976.

Art. 2º - O valor mensal do vale-refeição concedido a cada servidor ou funcionário será de 1/2 (meio) salário mínimo.

Art. 3º - A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa poderá expedir todos os atos necessários para a fiel execução desta resolução.

Art. 4º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução concede vale-refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O vale-refeição foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1.976 e dá condições às empresas de abater do imposto sobre a renda devido parcela aplicada no chamado Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Nos últimos anos, o vale-refeição passou a ser concedido também a diversos servidores da Administração Pública direta e indireta, em todos os níveis de governo, e dos demais Poderes.

Os servidores e funcionários da Assembléia Legislativa já receberam o vale-transporte, nos termos da Resolução editada pela Mesa Executiva no ano de 2.000.

Então, nada mais justo que eles também recebam o vale-refeição.

Numa época de dificuldades e sem perspectivas de melhoria imediata na área econômica, o benefício concedido aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa constitui ponto positivo, que vai melhorar a sua condição pessoal e profissional.

O vale mensal do vale-refeição concedido ao servidor ou funcionário é estipulado em 1/2 (meio) salário mínimo.

A proposição, finalmente, beneficia todos os agentes públicos, não estabelecendo limites máximos de vencimento ou remuneração para efeito de seu recebimento.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 8º, da Resolução nº 15, de 19.06.92, o seguinte parágrafo único:

“Art. 8º -...”

Parágrafo Único: O ressarcimento das despesas com a manutenção de veículo desta Assembléia, à disposição do gabinete parlamentar, será feito mediante apresentação da 1ª via da Nota Fiscal, onde deverá constar o nome do deputado e a placa do veículo.”

Art. 2º - Fica alterado o artigo 11, da Resolução nº 15, de 19.06.92, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 - Os créditos de que trata a presente resolução não poderão ultrapassar a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores destinados aos deputados federais, pelos Atos da Mesa da Câmara dos Deputados de nºs 04/71, 104/88, 147/89, 14/91 e 62/2001.”

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 12, de 21 de outubro de 1999 e demais disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 19.09.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 460/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR) obrigado a comunicar

todos os motoristas cadastrados naquela instituição, do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Art. 2º - A comunicação de que trata o “caput” do artigo 1º, será feita mediante correspondência registrada, emitida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR), contendo as seguintes informações:

- a) Data do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- b) Prazo máximo para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- c) Documentação necessária para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- d) Valor da taxa de renovação;
- e) Pontuação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), quando houverem infrações de trânsito;
- f) Endereço do Detran/Ciretran ou outro órgão credenciado para realizar a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica ainda o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR) obrigado a disponibilizar os dados de que trata o artigo 2º, da presente lei, na Rede Mundial de Computadores (Internet), localizados através da digitação do número do registro da carteira Nacional de Habilitação (CNH), no site da Instituição.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem por objetivo principal beneficiar milhares de contribuintes proprietários de veículos ou não, que possuem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Com baixo custo, o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR), poderá melhorar o atendimento a seus usuários comunicando a data do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), além de informar os cidadãos cadastrados junto à instituição, os dados sobre, infrações de trânsito, locais de atendimento do Detran, entre outros.

É notório que muitas pessoas perdem o prazo para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) involuntariamente, por se tratar de documento de difícil uso por parte dos que a possuem. Mesmo depois da nova legislação que aprovou o Código Nacional de Trânsito mudando totalmente a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), incluindo na mesma fotografia, número do CIC e do RG, a mesma continua esquecida junto com o licenciamento do veículo, ou simplesmente, dentro de um compartimento qualquer de nossas carteiras ou bolsas.

Visando corrigir este problema é que apresentamos a presente proposta, pedindo aos nobres pares com assento nesta Casa que opinem pela aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 461/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar fica obrigada a constituir um Fundo específico para destinação exclusiva no tratamento do esgoto sanitário coletado em todos os municípios que mantiver a concessão.

Passará a ser obrigatório o tratamento de 100% do esgoto coletado, a partir de 1º de janeiro de 2005, quando ficará vedado pela Companhia de Saneamento o lançamento final de esgoto *in natura*, sem tratamento, no meio ambiente.

Art. 3º - Esta lei também se aplica a outras localidades não atendidas pela Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Sanepar vem praticando a tarifação a título de coleta e tratamento de esgoto, em percentual de 80% sobre o valor da tarifa de consumo de água, quando efetivamente realiza tratamento de parte do esgoto coletado, cujo percentual varia de cidade para cidade. Em Curitiba, por exemplo, a Sanepar trata em torno de 40%.

Os recursos para a formação do referido fundo serão gerados pela parte do custo não incorrido do esgoto somente coletado e lançado *in natura* em córregos, rios e lagos.

A Lei Federal nº 6.528/78, em que a Sanepar baseia sua tarifação, define que o saneamento básico, em relação ao esgotamento sanitário compreende: “Os sistemas de esgotos, definidos como conjunto de obras, instalações e equipamentos, têm por finalidade coletar, transportar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.”

PROJETO DE LEI Nº 462/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná - autorizada a reverter a doação da área de ter-

ras matriculada sob nº 5.013, com 3.431,22m², doada às Centrais de Abastecimento do Paraná - Ceasa, desmembrada do imóvel matrícula nº 3.087, de 12.08.1981, situada no município de Cornélio Procopio.

Parágrafo Único - Sobre a área objeto desta reversão existe construção de alvenaria com área de 363,91m².

Art. 2º - Promovida a reversão da área de terras, fica autorizada a Cohapar a doar o imóvel à Associação ABBA PAI, com sede no município de Cornélio Procopio.

Art. 3º - O imóvel de que trata esta lei será utilizado pela Associação exclusivamente no atendimento das respectivas obras sociais, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias porventura edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda gravada esta doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação ABBA PAI de Cornélio Procopio já ocupa a área desmembrada de imóvel doado pela Cohapar à Ceasa. Possui termo de cessão de uso do imóvel com o comodatário da referida área, o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento de Cornélio Procopio.

A Associação desenvolve diversas atividades de ajuda à população carente de recursos financeiros e para estender ainda mais esse trabalho, pretende investir na ampliação da edificação que ocupa. Contudo, teme realizar o investimento e ver rescindido o contrato de comodato existente.

Apesar a cessão de uso mencionar uma área de 7.676,14m², na realidade, como se observa da cópia de matrícula do imóvel, houve um desmembramento e a Associação hoje tem a cessão de uso de 3.431,22m².

PROJETO DE LEI Nº 463/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo, determinará a contratação de seguro com cobertura principal (incêndio, raio e explosão) e acessória (roubo e vendaval) para prédios públicos, conforme avaliação feita na seguinte ordem:

I - A Coordenadoria de Patrimônio do Estado elaborará relação dos prédios públicos destinados ou afeta-

dos a uso especial, nas áreas de educação, da saúde e da segurança pública;

II- Procedido o levantamento dos bens públicos, a Secretaria de Estado da Administração incidirá o processo de contratação do seguro.

Art. 2º - A cessão e a concessão de uso de prédios públicos a particulares será condicionada à contratação de apólice de seguro com a cobertura disposta nesta lei, durante a vigência do ato concedente.

Art. 3º - Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional especial, utilizando-se de um dos recursos previstos no artigo 43, § 1º, da Lei 4.320/64.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, uma escola do município de Londrina foi destruída pelo fogo e, lamentavelmente, não há seguro garantindo a rápida reconstrução do imóvel.

Em razão dessa situação, constatamos que os prédios públicos onde funcionam as escolas não possuem cobertura de seguro, impondo ao estado perda irreparável.

O patrimônio do estado deve ser protegido, sobretudo aqueles bens públicos utilizados em atividades essenciais da Administração Pública.

Só na Secretaria de Estado, há aproximadamente dois mil prédios onde estão instaladas escolas estaduais, que necessitam de proteção contra os fatos mencionados nesta proposta de lei, porque imprevisíveis e causadores de grandes prejuízos aos cofres públicos.

PROJETO DE LEI Nº 464/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião - ASCOMBAG, com sede no município de Mariluz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Estrada Velha para Goioerê,

na cidade de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor nacionalidade, política ou outra natureza.

A ASCOMBAG tem por objetivo: buscar recursos institucionais disponíveis de âmbito federal, estadual e municipal, oficial ou particular para a execução de seus programas; reivindicar junto aos órgãos públicos, melhorias, reparos ou implantação de serviços de transporte, saúde, educação, segurança, etc.; desenvolver trabalhos em parcerias com a Emater e Prefeitura Municipal tendo como finalidade a melhoria da renda e elevação dos padrões de vida das famílias rurais, no aperfeiçoamento da formação profissional dos agricultores; contribuir para reduzir o êxodo rural, mediante a infra-estrutura de habitação pública, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional nas atividades agropecuárias; promover atividades agropecuárias geradoras e mantenedoras de emprego; estimular o desenvolvimento da consciência associativa e da produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos; e adquirir e manter conforme interesse da população os equipamentos sócio-comunitários.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoioamento e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 465/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Municipal de Educação Especial Tia Apolônia, com sede e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Municipal de Educação Especial Tia Apolônia, com sede e foro no município de Rio Negro, que tem realizado excelente trabalho de atendimento e defesa dos direitos dos portadores de deficiência física do município de Rio Negro e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 466/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.

Parágrafo Único - As empresas concessionárias, permissionárias e autorizatórias de transporte intermunicipal de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional, para ocupação preferencial pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º - Para usufruir dos benefícios desta lei o usuário apresentará o documento de passe livre emitido pelo Governo Federal, nos termos da Lei Federal nº 8.899, regulamentado pelo Decreto nº 3691, e pela Portaria Interministerial nº 003/2001, de 10.04.2001.

Art. 3º - A reserva de assentos será comunicada à empresa de transporte com antecedência de pelo menos uma hora pelo usuário, ficando aquela obrigada ao transporte sob pena da perda da concessão, permissão ou autorização.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO
LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

A pessoa portadora de deficiência encontra grandes dificuldades para suplantar os limites que a deficiência lhe traz, e para adaptar-se ao mundo das pessoas não portadoras de deficiência. É um esforço imensurável! Além disso, enfrenta o preconceito e a resistência das pessoas não deficientes.

Estatisticamente, o deficiente está praticamente fora do mercado de trabalho, e quando consegue ingressar no mercado, sua remuneração fica muito aquém do que percebem os não deficientes para a mesma atividade.

A proposição em tela, visa por um lado a minimizar as dificuldades de locomoção ao portador de deficiência, e por outro lado, por se tratar de um grupo de pessoas tradicionalmente com poucos recursos, terá este serviço oferecido de forma gratuita. Não se trata de assistencialismo, e sim de ação afirmativa do poder público para minimizar as dificuldades e limitações das pessoas portadoras de deficiência.

O passe livre é uma conquista da sociedade. Um avanço que trouxe mais respeito e dignidade para o portador de deficiência. Tem direito ao passe livre os portadores de deficiência física, mental, auditiva ou visual comprovadamente carentes. É considerado carente, para os efeitos desta lei, aquele que possui renda familiar mensal de até um salário mínimo por pessoa.

O Governo Federal acaba de regulamentar o uso do passe livre. Com ele, pessoas carentes portadoras de deficiência vão poder viajar, entre os Estados brasileiros, isentos de pagamento de passagem.

O projeto de lei em tela, pretende estender este benefício aos deficientes, no âmbito do Estado do Paraná, às passagens intermunicipais, tendo em vista que a maioria das viagens são feitas entre os municípios. Trata-se de compromisso de todos com o respeito e a dignidade das pessoas portadoras de deficiência - uma pequena contribuição que se reverte em grandes benefícios.

PROJETO DE LEI Nº 467/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso I, do artigo 1º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, e acresce inciso ao mesmo artigo, com as seguintes redações:

“Art. 1º -.....

I - setenta e nove por cento (79%), considerado o valor adicionado nas operações relativas ao ICMS realizadas em cada município e em relação ao valor adicionado do Estado, apuradas segundo o disposto na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990;

II-.....

VII - um por cento (1%), como fator de distribuição aos municípios litorâneos, que têm sua população aumentada, substancialmente, nos meses de alta temporada”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente propositura com este percentual de 1%, minimizar as enormes despesas das Prefeituras Municipais de nosso litoral durante a alta temporada.

Durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a população sofre um acréscimo de mais de 3.000%, acréscimo este que gera a necessidade de inúmeros serviços extras, que justificam uma redistribuição do ICMS para fazer frente a estas despesas flutuantes.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 468/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão na malha rodoviária estadual da rodovia que liga Nova Prata do Iguaçu à Usina de Salto Caxias até o Trevo de acesso da PR-484,

que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques à Boa Vista da Aparecida.

Ar. 2º - A Secretaria de Estado dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) fará os levantamentos necessários para a estadualização disposta no Art. 1º da presente lei, ficando a cargo daquela pasta eventuais indenizações relacionadas a desapropriações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por objetivo principal atender antiga aspiração da população local que utiliza aquela rodovia para escoamento de safra, bem para como locomoção às localidades de Nova Prata do Iguaçu, Usina de Salto Caxias, Capitão Leônidas Marques e Boa Vista da Aparecida.

Vale salientar que o trecho a ser estadualizado foi pavimentado com recursos da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Com a possível privatização da companhia, que ora se delineia, ficará aquela rodovia sem manutenção adequada, o que trará sua deteriorização e conseqüentemente sérios prejuízos às comunidades que dela se utilizam.

A pretendida estadualização melhorará em muito a fiscalização e demais serviços necessários que indubitavelmente reverte em significativos benefícios para o Estado do Paraná.

Visando corrigir este problema é que apresentamos a presente proposta, pedindo aos nobres pares com assento nesta Casa que opinem pela aprovação do mesmo.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 007/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, com base no inciso XXVI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Decreto 4313, de 27 de junho de 2001, do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoio:

EDSON STRAPASSON, AUGUSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, CEZAR SILVES-

TRI, IRINEU COLOMBO, NEIVO BERALDIN, ADEMIR BIER, SERAFINA CARRILHO, SÉRGIO SPADA, RENATO GAÚCHO, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANIBELLI, TONY GARCIA, LUCIANA RAFAGNIN, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, MARCOS ISFER, HERMES FONSECA, PASTOR EDSON PRACZYK e ÂNGELO VANHONI.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, com base no inciso XXVI, do artigo 54, da Constituição Estadual que dispõe que:

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVI - Sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.”

A gestão democrática, garantida pelo inciso VI, artigo 206, da Constituição Federal, está ameaçada no Estado do Paraná, com o Decreto nº 4313, baixado no último dia 27 pelo governo do Estado.

A gestão democrática é um processo construído pela comunidade escolar. E só ela, portanto, deve eleger aquele ou aquela que vai dirigir a escola.

Um estudo realizado por uma equipe do Instituto Paulo Freire revela que a “escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática na escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma, está a serviço...”

Num outro trecho, o estudo analisa que o aluno aprende quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. Para isso, precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, que também faz parte de sua vida. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

O objetivo maior do nefasto decreto, que pretendemos sustar, é criar uma submissão total dos diretores das escolas estaduais ao Poder Executivo, além de criar regras que contrariem os mais básicos princípios democráticos.

O diretor, com a redação dada pelo decreto, passa a ser um gerente, que recebe ordens do “patrão”, em vez de ser o coordenador do processo de direção da escola, junto ao Conselho Estadual - consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador - com discussão e participação de todos os seus integrantes.

O inciso I do artigo 3º do decreto, diz que haverá um teste eliminatório, constituído de prova escrita de conhecimento gerais e, ainda, gestão pedagógica e administrativa.

O teste significa que o cargo é técnico, de gerente mesmo! Ele fere a democracia e, sobretudo, a gestão pedagógica da escola. O melhor teste é sua história de educador e suas propostas de trabalho. Os critérios da prova poderão ser subjetivos e até de caráter ideológico.

Nesta concepção qualquer cargo eletivo precisará passar por teste. O presidente da República, o governador, o prefeito eleito, terão que passar por teste?

Esse tipo de eleição pode inviabilizar a eleição numa escola onde o governo não tenham interesse em realizar o pleito, pois uma escola que atinja o número mínimo de candidatos, mas que um deles seja reprovado na seleção, não vai ter escolha, conforme o decreto.

O diretor auxiliar, pelo decreto, tem de passar no teste, ser indicado pelo diretor escolhido e, se o diretor tirar licença de qualquer natureza, for impedido, tiver dispensa ou desistência, o vice perde a função. Entendemos que o diretor e o vice devem compor uma única chapa e ter a mesma linha pedagógica e de administração.

Estarão excluídas do processo as escolas que estão em processo de municipalização; as que têm comodato ou convênio com o Estado, os CAIC's; as que estão sob intervenção administrativa; o Colégio Estadual do Paraná. Também estarão fora do processo de escolha os estabelecimentos com menos de 160 alunos, as escolas agrícolas e as que ofertam apenas cursos profissionalizantes ao setor industrial. Essas escolas terão procedimento diferenciado a ser estabelecido pela Secretaria de Educação, e as que não atingirem o número mínimo de candidatos estabelecidos pela SEED.

Toda escola pública deve eleger sua direção. Grande parte das escolas vão ficar sem diretor. Em processo de municipalização estão todas as escolas de 1ª a 4ª série? Convênio ou comodato não são elementos suficientes para tirar da comunidade na eleição de seu diretor, principalmente porque a comunidade não foi consultada para a realização deste tipo de contrato.

Também somos contra o número mínimo de candidatos, sem estipular esse número. Qualquer escola que tiver pelo menos um candidato deve passar pelo processo eleitoral, pois a candidatura única pode demonstrar aceitação total do colegiado.

Não entendemos, também, porque retirar vários estabelecimentos públicos do processo de escolha. E os colégios agrícolas?

Outro ponto preocupante é que o voto da Secretaria de Educação, através do Núcleo Regional de Educação, vai ter um peso inimaginável no conceito de Comunidade Escolar. Para um voto de um representante da SEED são necessários 700 votos da comunidade e 50 votos dos profissionais da educação, além de os representantes da SEED poderem votar em várias escolas. Essa é a maior enganação do que deveria ser uma eleição.

E o Termo de Compromisso? O diretor deve ser da confiança da comunidade escolar, ter compromisso com a educação e não ser o elemento político da Secretaria de Educação

O decreto dispõe que o diretor pode ser afastado caso não alcançar parâmetros mínimos da avaliação que será feita pela SEED e, posteriormente, divulgada à comunidade; por licença de qualquer natureza, inclusive médica; se houver denúncias de irregularidades funda-

mentadas e pelo não cumprimento do Termo de Compromisso.

A gestão tem que ser avaliada pela comunidade, e não a comunidade apenas informada pela Secretaria. Licença é um direito; depois de exercido esse direito, a pessoa volta ao cargo. O diretor, de acordo com o decreto, perde todos os direitos como cidadão. Fica claro que o diretor ou a diretora perde seu cargo se ficar doente, grávida ou mesmo tirar licença especial.

Não se compreende, também, o diretor ser afastado por denúncias e não afastado, se confirmadas as denúncias.

De acordo com o documento, anexado ao decreto, fica proibido fazer campanha de qualquer espécie. Na nossa avaliação, essa proibição lembra a Lei Falcão, da época da ditadura. Foi retirado do candidato o direito de se expressar livremente, ferindo o artigo 220, da Constituição Federal.

Sendo assim, por entendermos, que o decreto exorbitou o poder regulamentar, retirando dos parlamentos, legítimos representantes do povo, o direito constitucional de legislar sobre tão importante assunto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, caríssimos visitantes que nos honram com as suas presenças.

É sempre bom a juventude estudiosa do nosso Paraná conhecer de perto e por dentro o funcionamento do Poder Legislativo deste Estado. Aqui se assentam representantes de todas as cidades paranaenses. São 54 parlamentares que, como o vereador que os acompanha, têm a obrigação de fiscalizar os atos do Poder Executivo, fazer com que as leis por eles realmente sejam observadas, a criação e o aprimoramento das leis existentes, sejam pelos deputados também ajustadas, como é feito na Câmara de Vereadores. Eu que já fui vereador na minha cidade de Ponta Grossa por duas vezes, conheço de perto que o legislador, mesmo às vezes não sendo compreendido, ele é entendido por aqueles que ele representa e por aqueles que ele realmente trabalha.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, no dia de ontem estivemos em Brasília, juntamente com o nosso companheiro, deputado Eli Ghellere, que faz a Base do PDT neste Parlamento, com o prefeito Edgar Bueno, com o presidente Aoke (?) do PDT de Cascavel, mais ainda, o presidente do Paraná do nosso PDT, o deputado Nilton Friedrich, e conjuntamente com o vereador Jorge Bernadi, da capital, nos assentamos com os dois senadores do nosso Estado, Álvaro e Osmar Dias, com uma conversa do interesse da família do Paraná,

onde a questão partidária foi colocada ao lado, onde também o interesse para que pudéssemos devolver ao governo do Estado, e principalmente à família paranaense, um governo que viesse ao encontro dos anseios de todos aqueles que almejam melhores dias para si, para a sua família, e para toda a família do Paraná. Houve um consenso e uma posição a ser tomada e anunciada no próximo sábado, aqui em Curitiba, da filiação desses dois ilustre paranaenses no nosso Partido, no PDT: Álvaro Dias disputando o Governo do Estado, e Osmar Dias disputando o cargo de Senador da República.

É realmente uma condição ímpar para o Estado, e principalmente uma agremiação partidária, quando duas personalidades do quilate de Osmar e Álvaro Dias se aglutinam, conjuntamente com alguns outros companheiros que virão a somar com o PDT do Paraná, para nós realmente chegarmos ao objetivo que desejamos, que é o Governo do Estado.

Queria, neste primeiro registro, deixar claro que as coisas pequenas realmente foram esquecida e o interesse do Paraná, que é a coisa maior de todos nós, foi realmente alcançado.

Outro fato que nos traz a esta tribuna, senhor presidente, senhores deputados, é com referência à minha cidade de Ponta Grossa, e mais de perto a nossa instituição maior de ensino, a Universidade Estadual da nossa cidade. Em diversos momentos os serviços públicos de Ponta Grossa e do Paraná, das cinco instituições de ensino maior estiveram aqui neste Parlamento e mais de perto ao lado do Palácio Iguazu, pedindo a S. Exa. o Governador que fizesse uma revisão no salário a ser pago aos servidores e funcionários...

(**Término do tempo**)

(**Orador passa a usar o Horário da Liderança do PDT**)

... estiveram esses servidores e funcionários pedindo ao governo uma revisão na planilha dos pagamentos já que está defasada há muitos e vários anos. Avisaram da greve, e hoje, ou mais precisamente ontem, numa Assembleia Geral na nossa instituição, veio Ponta Grossa somar com as outras universidades, entrando em greve, não por vontade dos funcionários e principalmente daqueles servidores da instituição, mais pela má vontade do Governo do Estado em atender aquelas reivindicações justas.

Conjuntamente com os funcionários, os professores também aderiram à greve e fizeram com que na Universidade, de Ponta Grossa, não tivesse aula, e hoje nós temos aqui estudantes que conhecem de perto, e nós que cursamos o Primário, o Segundo grau e a Universidade, sabemos quanto sentimos, fazendo com que as nossas férias sejam reduzidas e a família dos universitários numa demonstração inequívoca que a greve que está implantada é uma greve justa, os próprios alunos, quase dez mil alunos da nossa universidade, vieram a somar, através do DCE, vieram somar com os funcionários, com os professores, endossando todas as reivindicações pleiteadas junto ao Governo do Paraná.

Faço neste instante, senhor presidente, senhores deputados, um apelo ao líder do governo, deputado Durval Amaral, que é nosso amigo, que em tantas e outras vezes interferiu direta ou indiretamente para que as greves, para que os movimentos, para que as reivindicações, para o que enfim fosse relacionado com o governo do Paraná, para que intercedesse em mais esta. Poderá o governo de momento não ter condições de atender às reivindicações, mas poderia pelo menos, deputado Durval Amaral, o ilustre secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrafftig, chamar uma comissão das cinco universidades, das onze faculdades isoladas, funcionários e professores, a família do ensino universitário do nosso Paraná, sentar com eles, mostrar o quadro real do Estado, mostrar a Lei de Responsabilidade Fiscal que eles argumentam e traduzir de que através daquele anseio poderá ele ser alcançado num patamar que houvesse o interesse de um acordo entre o que é justo, pretendido, e o que é possível ser realizado. Falta ao Governo do Estado uma sensibilidade que possuem outros Estados da Federação e que nós conhecemos, através da imprensa nacional, que nesses movimentos partidistas sempre há um consenso, um equilíbrio a ser respeitado.

Aproveito a oportunidade também, falando das universidades, falar desta Casa, que há muitos e vários meses e até anos está esperando o plano de cargos e salários, que acredito será implantado por esta Mesa Executiva, tão bem dirigida pelo nosso presidente Hermas Brandão que tem procurado, junto com os deputados Rossoni e Antonio Martins Anibelli, fazer com que esta Casa seja, como está sendo, melhorada em todos os sentidos e os seus funcionários sendo amparados, por um salário justo e digno, para que possamos a cada dia ter o espelho deste Parlamento, para servir àquilo que o governo do Estado não o faz que é o ensino universitário do nosso Paraná.

Tenho a certeza absoluta de que o líder do Governo haverá de se empenhar, para que no dia ou nos próximos dias este movimento, que não prejudica, mas denigre a imagem do senhor governador, a nível de Estado, como também a nível nacional.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Estou com o jornal a Gazeta do Povo, que traz uma reportagem dizendo que o FBI ganha reforços em Foz do Iguaçu. Além dos norte-americanos, policiais israelenses estão na região em busca de possíveis terroristas.

“Terroristas em Foz do Iguaçu: segundo fontes policiais de Foz do Iguaçu, o Serviço Secreto Israelense-Mossade e a Polícia Federal Americana-FBI, nunca saí-

ram da região, desde o atentado do terrorista, contra a Associação Lutual e Israelita de Buenos Aires, Amia, em 1995”. Mais na frente, a matéria diz: “O Mossade acredita que integrantes da comunidade árabe da fronteira, que reúne cerca de dez mil pessoas, em Foz do Iguaçu e mil duzentos cidadãos árabes na cidade de leste, possam estar financiando grupos extremistas como o Esbolah”.

Gostaria de fazer este registro, aqui, dizendo que este tipo de matéria traz um prejuízo enorme não só para Foz do Iguaçu, mas para toda aquela região de fronteira, porque vincula a cidade com o terrorismo e isso é muito ruim. Mas ainda mais, magoa, machuca, prejudica demais aqueles doze mil árabes, descendentes de árabes, muitos deles estabelecidos naquela cidade e naquela região, há dez, vinte, trinta, quarenta anos. Esse tipo de notícia, cria inclusive um sistema de discriminação, do filho do árabe que ali nasceu, casou e teve o seu filho, que é o neto do árabe; portanto, a comunidade árabe como um todo e, particularmente os muçulmanos.

Há uma confusão generalizada na cabeça da sociedade, da própria imprensa. Confusão entre muçulmano e terrorista, entre o árabe e árabe, porque são 25 os países árabes.

Eu tenho tido contato com essas famílias tradicionais, descendentes de árabes, em Foz do Iguaçu. Eles estão passando por um momento de muita dificuldade, de muito sofrimento, sobretudo de discriminação religiosa e até mesmo racial, o que é uma coisa abominável.

Chamo a atenção da imprensa do Paraná, registro nesta Casa a minha preocupação, com relação a esse tipo de matéria generalizadora, superficial.

Vejam bem, esse episódio da explosão da entidade Judia Amia -Associação Mutual Israelita, de Buenos Aires, que foi explodida em 95, já faz seis anos, foi um atentado terrorista, só que não foi praticado por árabes; foi um militar argentino que cometeu aquele atentado, mas ainda hoje existe esse estigma, em que a comunidade árabe e, particularmente, ali de Foz do Iguaçu teve participação, e envolvimento nessa questão.

Fica aqui a minha preocupação com relação a esse tipo de matéria e a minha solidariedade à comunidade árabe, que está perfeitamente integrada nos costumes, na política, na sociedade de Foz do Iguaçu.

Venho comunicar à Casa e aos demais colegas parlamentares, que este deputado que vos fala e o deputado Eli Ghellere, estamos indo, agora, de imediato, para o aeroporto, para ir a Foz do Iguaçu acompanhar os incidentes que estão acontecendo na ponte, desta feita do lado brasileiro.

O deputado Chico Noroeste já foi pelo meio-dia, os deputados Duílio e Ademir Bier, irão ainda hoje, ou amanhã.

Estamos preocupados, porque o clima é de guerra, é de confronto, é de violência. A imprensa nacional já está dando cobertura para o fato. O pior é que nós não temos previsão das consequências e dos desdobramentos

da violência que está acontecendo neste momento, ali na cabeceira da ponte.

Ainda, ontem, denunciei nesta tribuna, a violência física da Polícia Federal brasileira contra trabalhadores brasileiros, que só querem trabalhar no Paraguai, e também o arrocho que as autoridades paraguaias estão fazendo no comércio paraguaio, principalmente com relação aos trabalhadores brasileiros: simplesmente, transportando esses brasileiros para o Brasil e entregando à Polícia Federal, como se fossem objetos e ameaçando: “Quem voltar para o Paraguai vai acabar sendo preso por dois anos”.

Então, o clima é grave, é tenso, e merece a atenção e o acompanhamento desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Esta Presidência deseja sucesso na atividade desses parlamentares.

Ainda no Pequeno Expediente, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

A nossa saudação aos alunos que comparecem à Sessão plenária de hoje, o nosso cumprimento a todas as lideranças políticas que se encontram, também, participando dos nossos trabalhos.

Senhor presidente, ocupo a tribuna neste momento, para em meu nome e do deputado Ademir Bier, dar satisfação a esta Casa da viagem que fizemos na semana passada, na quarta-feira, dia 12 de setembro, à cidade de Florianópolis, quando lá participamos de mais uma reunião da Parlasul - Parlamento do Sul, que é uma forma de trabalho coletivo, conjunto, desenvolvido pelas Assembléias do Mato Grosso do Sul, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Uma reunião das mais importantes porque tivemos a presença do Ministro Rames Tebet, que prestou informações e relatou todas as ações envolvidas pelo Ministério da Integração Nacional. Foi também oportunidade para que nós, com os deputados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, fizéssemos, já naquele dia, um debate bastante aprofundado acerca desse assunto que o deputado Sérgio Spada acabou de relatar aqui, o impasse que está acontecendo hoje, lá na Ponte da Amizade, a questão dos trabalhadores do Brasil, lá na Cidade de Leste.

Naquela oportunidade inclusive, foi aprovado uma moção, que foi enviada ao Itamarati, ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil, para que se adotassem as providências diplomáticas, as providências comerciais necessárias, o intercâmbio necessário com o Paraguai, para que fosse uma vez por todas superada esta situação.

Ainda nessa reunião do Parlasul que aconteceu na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, tivemos a oportu-

nidade de receber a visita e termos a palestra do Dr. Raimundo Garrido, que é da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos.

Na oportunidade o Dr. Raimundo Garrido teceu diversos comentários acerca da lei nacional que institui a política de gerenciamento dos recursos hídricos e que propiciou a criação da Agência Nacional das Águas.

Naquela oportunidade, ele fez um comentário que nos chamou a atenção, dizendo que, basicamente, o Estado do Paraná é o único do País, daqueles onde já se instituiu a Lei de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, onde os produtores rurais foram isentos do pagamento pelo uso da água. Num trabalho, diga-se de passagem, desenvolvido pelo conjunto desta Assembléia Legislativa, mas que devo reconhecer foi esse trabalho iniciado pelo deputado José Maria Ferreira, que num determinado dia nos convidou, como Presidente do Bloco Agropecuário que somos para, junto com o presidente do Sindicato Rural de Jataizinho irmos à Federação da Agricultura do Paraná e debatermos esse assunto, a cobrança da água utilizada pelos produtores rurais. E a Assembléia Legislativa se levantou e conquistou esse benefício para os produtores rurais.

É bem verdade que esse benefício pode ser questionado, pode ser até entendido como sendo um privilégio dos produtores, mas nós sempre entendemos que os produtores rurais deste País, ao longo da sua trajetória, foram sempre instrumentos de equilíbrio de planos econômicos, sempre foram instrumentos para o equilíbrio da balança comercial deste País. Não poderia, num primeiro momento em que se discute uma política de gerenciamento dos recursos hídricos, em que se discute o uso das águas, serem também os produtores rurais taxados e obrigados a pagar pela água que usam para alimentar o seu rebanho, para irrigar a sua produção. É lógico que esse assunto será amplamente debatido, não só a nível de Estado do Paraná, mas está sendo debatido em diversos encontros, como esse que aconteceu recentemente, há uns 15 dias atrás, em Foz do Iguaçu, como outro que deverá acontecer nos próximos dias no Rio de Janeiro.

E nós, deputados estaduais do Paraná, naquele momento em que se discutia essa legislação, entendemos que não deveríamos instituir a cobrança da água utilizada pelo produtor rural. Temos que ficar atentos, porque essa discussão virá à tona e certamente nós, do Paraná, teremos que nos aprofundar na discussão.

Digo a vocês que continuo contrário à cobrança da água utilizada pelo produtor rural, mas é evidente que alguns parlamentares desta Casa já entendem que deveria a cobrança ser instituída também para os produtores.

Eu, pessoalmente, continuo entendendo que não deveríamos cobrar, em especial dos pequenos, médios agricultores, que praticamente nada usam, ou quando usam, usam muito pouco em termos de água.

Então, fazer esse relato e agradecer também a assistência que tivemos do representante da Assembléia Legislativa junto ao Parlasul, o economista Wilson Por-

tes, que é o secretário executivo, que representa a Assembleia do Paraná junto ao Parlasul. E evidentemente, que outras oportunidades vamos ter, para poder continuar discutindo os assuntos que interessam ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, em outras oportunidades.

Ficou inclusive ajustado, que na próxima reunião acontecerá no dia 08 de novembro, se não me falha a memória numa quinta ou sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu. E o nosso secretário executivo junto com o presidente do Parlasul deputado do Mato Grosso do Sul, Mauricio Picareli, junto com a assessoria do Parlasul, já estão desenvolvendo os primeiros contatos.

Uma outra questão que quero dar ciência à Casa, não só aos senhores parlamentares, mas especialmente aos funcionários dos nossos gabinetes e aos funcionários da Assembleia Legislativa, que são ligados a esta área, também em Florianópolis nos dias 3, 4 e 5 de outubro, portanto daqui a 15 dias, estará sendo realizado o Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo. É um encontro dos mais importantes, porque teremos técnicos da área do Brasil inteiro, e experiências que estão sendo desenvolvidas com a informática na área do Legislativo, serão ali apresentados.

No ano passado o Encontro foi em Vitória, Espírito Santo. Tivemos outro em Salvador, e desta feita será em Florianópolis nos dias 3, 4 e 5 de outubro.

É importante que funcionários da Assembleia Legislativa, ligados ao setor legislativo e à informática possam participar, a exemplo dos senhores deputados, porque serão três dias de diversas reuniões onde muita informação acerca da informática aplicada ao legislativo será trazida a conhecimento de todos.

Faço chegar a todos essa informação e espero que possam desses eventos participar.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa registra a presença do prefeito de Quatro Pontes, do vereador licenciado, secretário de Ação Social da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

Concedo a palavra ao senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

O mundo vive momentos de conturbação. O Brasil não é diferente em vários setores. O Paraná, muito menos, diferente em várias áreas e especialmente na área da educação.

Hoje se implanta no Estado do Paraná, nas escolas estaduais, o novo horário de aulas. Em todas as escolas, as aulas que duravam 50 minutos passa a durar 30 minutos. Isso, em decorrência de uma série de erros que vêm se acumulando ao longo do tempo pela maneira como a secretária da Educação deste Estado que, no meu entender, é muito mais economista do que uma pessoa que

entenda da área da educação, implanta um processo que desagrada aos professores, diretores, alunos, pais, enfim, desagrada à população.

Infelizmente, não é de hoje que temos comentado isso e até pode parecer uma questão pessoal minha com a secretária. Absolutamente! É uma questão de entendimento nesta área da educação.

O fato mais recente é a maneira como se faz a escolha de diretores de escolas, e se voltarmos um pouco, vamos voltar lá na questão dos cortes das escolas, onde escolas foram fechadas, onde diretoras foram tiradas da escola que havia menos do que 160 alunos! Quer dizer, parece que este Estado - e aqui estão alunos da Escola Estadual 1º Centenário de Campo Largo, acompanhados pelo vereador Lino Petri - que, certamente lá em Campo Largo hoje se verifica esta situação, onde lamentavelmente a educação neste Estado depende muito mais da economia, de quanto se gasta, de quanto vai custar para ver se dá para aplicar, quando na verdade, educação não se pode olhar por este aspecto.

E uma das situações mais graves, e ainda ontem a Comissão de Educação desta Casa, os deputados Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira e eu, discutimos com as comunidades escolares, com diretores de escolas, com diretores da APP Sindicato, ouvindo o relato de mães que estiveram presentes, de lideranças comunitárias que não podem entender como é que o Estado, onde parece que se esqueceu dos valores de uma diretora com 23 anos na profissão, diretora há onze anos de uma escola que é modelo no Paraná e em Curitiba, a escola que leva o nome do ex-governador Jaime Canet Júnior, uma escola modelo. Eu fui lá. Frequento aquela escola várias vezes.

Fui ver a qualidade da escola, a qualidade do ensino, o espaço físico da escola. A Escola Leônicio Corrêa, pertinho da minha casa onde a direção, com o dinheiro da comunidade, com festas, com bingo e outras coisas mais, construiu uma obra física extraordinária, onde, embaixo, estão as salas do laboratório de informática e em cima, tem um auditório. Uma coisa fantástica, onde a comunidade insere no patrimônio do Estado.

Parece que nada disso serve. Parece que o importante não é ser bom diretor; não é ter bom convívio com a comunidade estudantil; não é ter boa convivência com a comunidade do bairro. Parece que ser bom diretor é ter que ir pela cartilha que diz a secretária da Educação, que lança um decreto absurdo, onde se exige que o diretor eleito tenha que assinar um compromisso com a Secretaria de Educação.

Aqui "Parágrafo 1º - Artigo 2º - Para ser designado o candidato deverá, obrigatoriamente, assinar um termo de compromisso perante a Secretaria de Educação. "Obrigatoriamente! Veja se isso é termo para se utilizar num decreto governamental. Obrigatoriamente! Que compromisso é esse que o diretor eleito terá que assinar? Que ele vai jogar as regras que o governo vai determinar? Vai aceitar as regras que a secretária vai determinar? Que vai ser proibido fazer bingo na escola? Proibido fazer forma-

tura na escola? Vai ser proibido ter bom contato com a comunidade? Vai ser proibido ser bom diretor e ter um bom convívio com os estudantes? Será teste o compromisso? Não consigo entender!

Por esta razão é que ontem, após a reunião da Comissão de Educação, tiramos uma posição e trouxemos para o Plenário desta Casa. Esperamos contar com o apoio dos senhores parlamentares, não só da Base de Oposição, da Bancada Independente, mas precisamos que a Bancada Governista entre nesta parada, porque, não é uma questão política, é uma questão da educação do Paraná e que atinge Londrina, deputado Alborghetti, lá na sua cidade, diretores que V. Exa. conhece e sabe que estão fazendo um bom trabalho dentro de uma escola estadual. Diretores que têm vários anos de escola e que, de repente, não passam num teste! Um teste absurdo! Um teste onde ninguém consegue entender onde estão a cabeça e os pés! Esta é a verdade.

Por esta razão, ontem demos entrada nesta Casa, de um projeto de decreto legislativo que susta, com base na Constituição Estadual, o Decreto 4313 de 27 de junho de 2001, do Poder Executivo.

O artigo 1º diz: “fica sustado, com base no inciso 24º ou 26º do artigo 54 da Constituição Estadual, o Decreto 4313 de 27 de junho de 2001 do Poder Executivo Estadual”.

Vou citar deputados que já assinaram: Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Neivo Beraldin, Irineu Colombo, Ademir Bier, Sérgio Spada, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Antonio Anibelli, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Tony Garcia. São os deputados que já colocaram a assinatura neste requerimento que está ainda o original dele na mesa, porque ontem pela falta de quórum não pode ser votado.

Ainda há oportunidade.

O deputado Luiz Carlos Zuk não assinou, porque não estava na Sessão ontem; estava em viagem. Deputado Eli Ghellere também não estava no plenário; e não assinou, e portanto terá oportunidade hoje de assinar este requerimento, por isso chegamos a 24 assinaturas. É preciso que mais deputados assinem, porque afinal de contas, eu já disse, não se trata de uma questão política partidária; trata-se de pensar, repensar, discutir a Educação no Estado do Paraná.

Neste momento, por exemplo, em várias cidades do Paraná estão sendo realizados protestos, porque a Secretaria da Educação começa a colocar interventores nas escolas onde a comunidade não está aceitando a indicação de diretor. Está havendo um processo, uma guerra em alguns municípios aqui próximos, Piraquara e outros da região de Curitiba, na região do deputado Pessuti, do deputado Strapasson, em Colombo.

Quer dizer há uma indignação da comunidade escolar que não consegue entender como se colocar em

prática um concurso que ninguém consegue entender onde é o começo e o fim dele, concurso, onde exige, onde a diretora, deputado Luiz Carlos Alborghetti se ficar a doente, se ficar grávida, vai ser substituída.

Não pode ficar doente ou não pode ficar grávida. Está aqui, no decreto governamental! Então, por esta razão é que nós demos entrada neste requerimento. E é por esta razão que estamos entrando, hoje, deputado Élio Rusch, com um requerimento assinado por vários deputados, encabeçado pela Comissão de Educação e presidida pelo deputado Ângelo Vanhoni, da qual faço parte.

Um requerimento, pedindo o horário do Grande Expediente da terça-feira, para que se possa ouvir os diretores das escolas, a comunidade escolar que veio nesta Casa, como aqui fizemos com as APAE's, a Educação Especial que também havia um decreto exdrúxulo da secretária e que esta Casa, independente da cor partidária, foi à frente, batalhou, comprou a briga e o governador recuou, na questão das escolas especiais.

Quer dizer, é este o papel que esta Casa tem que fazer, independente se é deputado do Governo ou deputado contra o Governo. Acontece que todos somos a favor da Educação e de uma educação, implantada no Paraná.

É por isso, senhor presidente, que nós pedimos o apoio dos senhores parlamentares nas complementação de assinaturas, para que este nosso projeto de decreto Legislativo possa ter seqüência nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Alborghetti, e também tem 10 minutos do Grande Expediente, dividindo os outros remanescentes com o deputado Neivo Beraldin.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados. Fiquei indignado ontem ao ver na CPI da Telefonia, e quero parabenizar este Parlamento pelos nobres parlamentares que comandam esta CPI, e quero deixar aqui um voto de repúdio, pelo depoimento do Coronel, com todo o respeito que tenho a este senhor com mais de 70 anos de idade, de ter oferecido a um homem da Polícia Militar, de ter oferecido a ele vantagens especiais, moradia em outro Estado do meu País, senhor presidente, se ele declarasse na CPI deste Parlamento uma mentira deslavada, mentira de canalha, dizendo que não seria o HSBC que estaria violentando as contas, os sigilos bancários, e sim, teria sido o ex-senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Isto seria uma sacanagem que foi desvendada ontem na CPI da Telefonia e render as minhas homenagens ao ex-senador Eduardo de Andrade Vieira por ter perdido o Bamerindus. Aliás, teve o Bamerindus roubado da família brasileira do Estado do Paraná.

Rendo as minhas homenagens ao ilustre ex-senador e hoje empresário, pertencente ao Partido Progressista Brasileiro, de ter se livrado dessa CPI composta pelo

deputado Vanhoni, que com a inteligência rara que Deus lhe deu e de outros senhores deputados, como o Tony, o Plauto; de esse coronel querer oferecer vantagens escandalosas, escabrosas, para colocar a culpa no senador José Eduardo de Andrade Vieira, sendo que o HSBC é que praticou esses atos ilícitos e que merece da Justiça Federal, do Governo Federal, se tiver vergonha na cara, punições severas e até uma penitenciária, se for possível! O que acho impossível, porque hoje pobre não ganha demanda e rico não vai para a cadeia!

Outro detalhe, senhor presidente. Quero deixar registrado nesta Casa, que na primeira legislatura o deputado Algaci Tulio fez um projeto de relevante importância nesta Casa; emendei esse Projeto. E lamentavelmente, gasta-se dinheiro para comprar motonetas, aquela motoneta pequeninha, que o policial deste tamanho (**faz gestos com as mãos**), fica. E nunca vi uma motoneta perseguir bandido, deputado Waldyr Pugliesi!

Agora, elas estão abandonadas! Segundo o coronel Foltran foi gasto mais de um milhão e meio para comprar essas motonetas! Lamentavelmente, não entendo; juro, por Cristo, que não entendo!

E temos um projeto, o qual quero trazer de volta a esta Casa. Por que não pegar esse dinheiro e não colocarmos na Folha do Paraná? No jornal O Estado do Paraná? No jornal O Estado, da família Barrozo? No jornal Folha da Imprensa? No jornal Tribuna? No Diário Popular? Na Gazeta do Povo? Nas emissoras de rádio? Nas emissoras de televisão?

O projeto - por exemplo, em delegacia de polícia no interior do Paraná, que apreendem carros roubados, que estão apodrecendo nos pátios! Isso é uma vergonha! Os carros são usados como “cabritos” pela Polícia Civil!

Quer dizer, o caro é roubado, leva-se para delegacia e o proprietário não sabe que ele foi recuperado! Então, por que não fazemos um acordo entre o Governo e a imprensa paranaense?

Na delegacia de Arapongas, terra do meu querido Waldyr Pugliesi, futuro prefeito nas próximas eleições, colocar lá na delegacia: está apreendido um carro Santana, um Gol, etc. Colocar em todos os jornais: nos jornais do interior no Diário do Norte do Paraná; no Umuarama Ilustrado e todos os jornais; no programa do Lindolfo, na NET, na TVA: “Na delegacia de Londrina foram recuperados seis carros; o chassi do carro é este; a placa é esta”. E divulgar isso amplamente através da nossa imprensa, para que o proprietário ao ouvir o programa de rádio, seja do deputado Algaci, seja do deputado Chab, seja de outros companheiros que fazem rádio, seja no rádio Banda B, do deputado Luiz Carlos Martins; seja em qualquer emissora de rádio.

Está lá um relatório: “Atenção, Paraná! Você que teve o seu carro roubado, foi localizado na rodovia BR-367. Estão na delegacia tal, os seguintes carros: Santana, Gol, placa, placa, placa... Atenção, Paraná!. Foram encontrados, estão no pátio da Delegacia de Araucária, os

seguintes carros roubados? Estão na Delegacia de Cambé, os seguintes carros roubados!... Estão na Delegacia de Furtos de Veículos, os seguintes carros roubados...!.

Meu Deus do Céu!

Será que viemos aqui, somos eleitos pela família paranaense, trazemos idéias, idéias do 1º mundo, deputado Tiago! V. Exa. que tem programa de televisão, como outros companheiros deste parlamento, idéias de 1º mundo, meu Deus do Céu!

Você pega os jornais americanos, eles têm relato completo de todos os carros roubados, apreendidos!

E aqui poderia aplicar nos nossos jornais, nos jornais do interior, nas emissoras de rádio, de televisão, mas quando eu e o deputado Algaci apresentamos esse projeto, deputado Antonio Carlos: “Nossa, o Algaci, e o Alborghetti tem idéias do 1º mundo”.

Mas, nós estamos fazendo o que, aqui?

Temos que trazer idéias de 3º mundo? Que a professora não pode ficar mais doente em sala de aula?

Idéias retrógradas, atrasadas. Pelo amor de Deus! Até quando, Paraná, que nós vamos caminhar no terceiro mundo?

Até quando, Paraná, vamos ver milhares de carros roubados neste Estado, sendo abandonados sob a chuva, nas delegacias de polícia?

Esse projeto nós vamos reapresentar neste parlamento!

E para finalizar, ilustre presidente, eu apresentei um projeto; o deputado Ângelo Vanhoni lançou, o Governo Federal lançou. Por gentileza, me ajude o ex-governador de Brasília do PT, o governador Buarque. Ele lançou a “bolsa-escola” em Brasília.

A idéia foi dele, não é, deputado Vanhoni?

Foi o PT que lançou a “bolsa-escola”!

O Governo Fernando Henrique lançou a “bolsa-escola” depois, seguindo.

Isso não é pecado plagiar. Pelo menos está colocando alguma coisa em prática, como V. Exa. queria colocar no Estado do Paraná e pretende colocar, como candidato a Governador, e que Cristo abençoe a sua caminhada no Estado do Paraná, como dos demais candidatos.

Sem menosprezar também o candidato de V. Exa., senador Álvaro Dias, o senador Roberto Requião, o deputado Pessuti, que também pretende uma vaga ao Governo do Estado.

Então, são nomes de credibilidade.

Eu estudo em meu gabinete, os senhores podem ir lá, tem quase 12 estudantes que eu pago as mensalidades. Hoje inclusive paguei a mensalidade de um rapaz que vai se formar em Direito na cidade de Londrina, e ajudo com auxílio-estudo, que traduzi no meu programa social “auxílio-estudo”. E criei no meu Parlamento um projeto, foi aprovado, que cria cursinho gratuito para os estudantes carentes do Paraná.

Quantos estudantes que querem cursar, fazer o cursinho para adentrar à Universidade, não têm dinheiro para pagar a mensalidade? Isso está no meu gabinete!

Ajudo dezenas de estudantes.

Às vezes ele vem com 300 reais, ajudo com 150 reais. Às vezes é de 200 reais, eu ajudo com 100 reais.

Estou dando a minha parcela e todos os deputados aqui, ajudam esses estudantes.

Então, criei esse projeto na última campanha.

Deputado José Maria, eu, conversando com o senador Álvaro Dias, ele lançou na sua plataforma de governo, aliás, a primeira campanha contra o Jaime Lerner, ele lançou o cursinho gratuito para os estudantes do Estado do Paraná, projeto do deputado Alborghetti.

Então, eu gostaria que o Governo do Estado, colocasse esse projeto em pauta, não custa nada aplicarmos em um estudante que às vezes trabalha o dia inteiro, mas à noite ele vai fazer o seu cursinho e às vezes o dinheiro dele é para ajudar a família e às vezes metade é para pagar o cursinho. Por que não fazemos o cursinho gratuito para os estudantes carentes em todas as cidades do Paraná? Por que não investimos na nossa juventude que quer adentrar às nossas Universidades? Por que meu Deus? Por quê, meu Paraná? Por quê, meu Deus? Por quê Senhor Jesus? Perdoe-me de falar o nome de Deus em vão.

Puxa! Não custa nada criarmos esse curso gratuito para estudantes que não têm condições de pagar o cursinho, e o governo ajudando a pagar, ele vai estudar com mais amor, ele vai passar, e vai prestar o seu vestibular e adentrar à Universidade de Londrina, à Universidade de Cascavel, às Universidades de Ponta Grossa e Maringá, de Curitiba, e de todas as cidades do Paraná. Se ele não quiser fazer o vestibular aqui, pode fazer o vestibular em outras cidades brasileiras.

Então são idéias. Eu dei a idéia de se criar a Casa do Garçom na Capital do Estado. Dei a idéia. Nós construímos a Casa do Garçom, com todos os garçons que estiverem desempregados em todo o Paraná, que vierem para a capital, seriam acolhidos aqui. Dei a idéia de se construir em Londrina, mas não entendo! Estou aqui, tenho vinte e dois anos de Parlamento, trazemos idéias, trazemos os nossos sonhos, mas ficam parados nesta parede de concreto, não saem daqui. Não saem! Olha, não sai! O concreto não deixa sair daqui!

Então, talvez seja um desabafo do deputado Alborghetti! Talvez seja um desabafo de criarmos escolas profissionalizantes.

Deputado Nereu, eu estava em uma esquina aqui, esta semana, eu fiquei tão estarecido, como deputado, fiquei tão enojado, porque tem uma quadrilha especializada, que se finge de aidética e nos param no sinal e dizem assim: o senhor tem raiva de aidético? Eu falei: não. E eles dizem: o senhor pode me ajudar? Eu falei: você é aidético? Se você é aidético vá ao meu gabinete, que eu te ajudo a comprar os medicamentos; saiu um medicamento novo agora, que eu posso te ajudar. Eu

falei: então você espera um momentinho, quero que vocês fiquem aqui que eu volto já para ver se vocês são aidéticos. Quando eu trouxe a polícia, todo mundo tinha desaparecido, ninguém era aidético.

Então dói na alma, deputado, de ver quadrilhas organizadas usando o nome do câncer para tomar dinheiro.

Então são essas coisas, como se criar a farmácia comunitária. Foi criado um remédio, Caxias, você que trabalha nesta Mesa há tantos anos da sua vida, foi criado um remédio agora, que no meu gabinete nós fizemos uma reunião para ver onde vamos conseguir este medicamento para ajudar os aidéticos. Mas por quê? Eu fiz um projeto aqui criando as Farmácias Comunitárias: o deputado Ângelo Vanhoni fez no seu programa de governo, Vanhoni, estou mentindo? O senhor queria as farmácias comunitárias, como o senhor queria o Banco do Povo.

Um estelionatário esses dias, deputado Vanhoni, conseguiu dar um golpe em um Banco na Capital, de cento e cinquenta mil reais, e o pequeno empresário não é nem recebido pelo gerente de Banco.

Se nós tivéssemos o Banco do Povo, o pequeno empresário seria atendido, teria cinco mil reais, dez mil reais para fazer a sua pequena empresa de fundo de quintal, como queria V. Exa. como querem os deputados sérios e honestos.

Por exemplo, Londrina é uma microrregião, Maringá é uma microrregião; cria farmácia comunitária; remédios para cancerosos, remédios para os aidéticos.

Por exemplo, em Campo Mourão, V. Exa. deputado Tureck, monta a farmácia comunitária. O deputado Elio Lino Rusch, parlamentar sério, de caráter, de honra, leal, monta na sua região uma farmácia comunitária.

Eu, o deputado Antonio Carlos, montaremos a nossa farmácia comunitária em Londrina. Eu, o Chab, o Luiz Carlos, montaremos a farmácia comunitária, porque a minha maior votação é sempre na capital do Estado, montaremos a nossa farmácia comunitária na Capital, e ali o aidético vai buscar o seu medicamento de graça!

Agora, o deputado Alborghetti teve que montar uma mini farmácia dentro do gabinete, com amostras grátis; eu tenho uma enfermeira ali que pega a receita, examina, passa pelas mãos do doutor Cheid, e nós entregamos.

Eu montei a minha farmacinha comunitária dentro do meu gabinete. E por que o governo não pode montar farmácias comunitárias para atender os aidéticos, os tuberculosos, as crianças que às vezes têm que ir a um postinho para fazer inalação e às vezes chegam de madrugada?

Deputado Tureck, sabe que horas essa criança é atendida? Seis horas da tarde! E vem buscar um inalador no meu gabinete para poder sanar a doença que ela tem, a doença respiratória que ela tem.

Talvez seja um desabafo, senhores parlamentares, do deputado Alborghetti. Mas a gente vem para cá, eu estou aqui há 16 anos, mais seis anos como vereador, a

gente vem para cá com idéias tão grandes, com sonhos tão grandes, grandes, grandes, mas, lamentavelmente não saem destas paredes. Oxalá, um dia eu possa ter o poder!

Eu gostaria, não vou ser, mas se eu fosse governador, deputado Antônio Carlos, deputado Tureck, eu não iria fazer asfalto, não! Eu iria fazer casas para o povo morar, eu iria fazer farmácias comunitárias, comida para o povo comer! E o mais importante, deputado Elio Lino Rusch, o dia em que gerarmos empregos, nós vamos acabar com a miséria! Acabando com a miséria, nós vamos acabar com a violência neste Estado, como disse outro dia o deputado Zuk, na tribuna! O dia em que nós acabarmos com a miséria, V. Exa. disse isso, com aqueles que moram embaixo das pontes, como um foi assassinado essa noite, o dia...

Às vezes dizem: O Alborghetti é demagogo! Só porque toda sexta-feira eu pego uma Kombi e vou visitar todas as pontes? Em Londrina a minha equipe vai visitar, eu vou visitar as rodoviárias para ver quem está lá dormindo no chão, precisando de uma passagem, precisando ir para o seu destino.

O dia que nós acabarmos com a miséria, o dia que nós gerarmos empregos, deputado Elio Rusch, lá na sua região, na região de Campo Mourão, nos Campos Gerais, como fez o deputado Waldyr Pugliesi, quando era prefeito, gerava empregos em Arapongas. Arapongas não tinha miséria! E onde não há miséria, não há violência!

Oxalá, Deus ilumine os nossos governantes para que o pai de família tenha emprego, a mãe tenha emprego, ganhando bem, as nossas filhas não vão ser prostitutas mercantilistas, e os nossos filhos não vão ser cadáveres ambulantes nesse asfalto negro de violência que cruza este País de norte a sul e de leste a oeste.

Agradeço o carinho de V. Exa. pelo meu desabafo. Orgulho-me de ser deputado pé-de-chinelo, orgulho-me de ser deputado dos pobres, orgulho-me de ser deputado da cidadania, da justiça social, com a cara limpa, trabalhando pela família e pelos filhos do meu Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem)

Quero registrar a presença do vereador Jovino Batista de Pádua, do município de São Pedro do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado.

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta Casa não tem janela e é uma verdade, deputado Alborghetti. Não tem janela porque muitas vezes a imprensa não faz com que se leve ao público os fatos que esta Casa decide. Aqui se decide o destino do Estado e do seu povo. Aqui se representa os mais humildes e os maiores interesses também, mas existe.

Hoje, eu ocupo a tribuna para falar um pouco sobre a Lei nº 6.528 de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas de serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências. A fixação da tarifa levará em conta a viabilidade e equilíbrio econômico financeiro das companhias estaduais. Os serviços públicos de saneamento básico compreendem o sistema de abastecimento de água, tal e tal, e vai...

Continua a lei de 78 - capítulo 3º, dos aspectos econômicos e sociais - os benefícios dos serviços de saneamento básico serão assegurados a todas as camadas sociais, devendo ser as tarifas, adequando-se ao poder aquisitivo da população, atendida de forma a compatibilizar os aspectos econômicos e objetivos sociais. As tarifas deverão ser diferenciadas segundo as categorias de usuários, fixando o consumo, assegurando subsídios aos usuários de maior ou menor interesse econômico, condição econômica. Os usuários serão classificados nas seguintes categorias: residencial, comercial, industrial e público, e aí segue em frente.

Esta lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 1978, fez com que a Sanepar fizesse a tarifa mínima. A tarifa mínima da Sanepar é 10 metros cúbicos. Eu hoje apresento um projeto de lei a esta Casa mudando de 10 metros cúbicos para cinco metros cúbicos e justifico, baseado na lei, nos fundamentos legais, e justifico também dizendo o seguinte: A presente lei, ao vedar a cobrança de tarifa mínima de 10 para cinco metros cúbicos, atende a Lei nº 6.528 de 78 na medida em que a mesma apenas utiliza a implantação da tarifa mínima, não exigindo sua utilização, principalmente quando não for possível o equilíbrio proporcional, maiores e menores consumidores.

Há ainda de discordar com o artigo 3º, letra C, do Decreto 82587/89, que prevê a adequação dos níveis tarifários e as possibilidades dos usuários, sem prejuízo do equilíbrio entre receita, custo e serviço, levando-se em conta a produtividade do capital.

Não há prejuízo em relação à sua missão social, pelo contrário, pois a mesma Sanepar obteve uma lucratividade, no ano de 2000, de 117%, em relação a 1999, passando um resultado, por ação, de 1,18 centavos, para 0,41 centavos. A lucratividade da Sanepar, por ação, em 1999, em relação a 98, foi de 0,13, para 0,18 centavos, o que representa um aumento de 38,46% ou seja, a Sanepar, em detrimento do social, agora privatizada, busca a lucratividade para distribuir aos seus acionistas.

O artigo 5º da Constituição Federal garante a todo cidadão o direito de igualdade e cobrança. Também não pretendo continuar a ler isso, aqui, essa parte, porque apresentei o projeto e também cópia para a imprensa.

Também os fundamentos dos produtos de serviços fornecido pela Sanepar - fundamentos técnicos: A cobrança de tarifa mínima deriva de lei de modelo tarifário, adotado quando da implantação do Plano Nacional de Saneamento - Pronasa, por volta dos anos de 1972.

Existia o Banco Nacional de Habitação, que financiava o programa de financiamento, hoje extinto. Na ocasião, a adoção do modelo de cobrança de tarifa mínima de 10m3, as companhias pertenciam aos governos estaduais. O caso é que hoje a Sanepar já não pertence mais ao governo estadual, apenas.

Está aqui também, e pretendo transmitir aos senhores deputados, à Mesa da Casa e aos senhores da imprensa, exemplos demonstrativos das injustiças cometidas, pela Sanepar.

Caso A: O cliente da Sanepar, que pagou em 09.04.2001, o valor de R\$26,82, referente a 13m3 de consumo de água, incluindo o valor do esgoto, equivalente a 2,06 centavos, de custo, o m2. A média dos últimos doze meses de consumo, do referido cliente, foi de 13m3/mês. O mesmo cliente pagou à Sanepar, em 09.09.2001, o valor de R\$40,77, referente ao consumo/mês de 18m3, incluindo a taxa de esgoto, custo de R\$2,27.

Caso B: O cliente da Sanepar que pagou em 01.04.2001, o valor de R\$18,45, referente a 3m3 de consumo de água. Inclui a tarifa de esgoto, que equivale a R\$6,15 centavos o m3. A média dos últimos cinco meses de consumo do referido cliente, foi de 4m3.

Isso aqui é uma demonstração de que não pretendemos apresentar um projeto de lei sem os devidos argumentos, e naturalmente, devem ser embasados em argumentos, e sobretudo, de interesse social. Aqui, tem um demonstrativo que especifica claramente as injustiças que a Sanepar comete, cobrando 10m3, para cada cidadão, não só de Curitiba, mas do Estado do Paraná como um todo. Aqui, estão os índices, uma média e um retrato da injustiça.

Senhor presidente, senhores deputados, trago também na tarde de hoje uma outra iniciativa de um projeto de lei que pretende a criação de um fundo específico, para a ampliação exclusiva do tratamento de esgoto sanitário.

A Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar fica obrigada a constituir um fundo específico para a destinação exclusiva do tratamento do esgoto sanitário coletado em todos os municípios, que mantiver a concessão.

Artigo 2º - passará a ser obrigado o tratamento de 100% do esgoto coletado, a partir de 1º de janeiro de 2005, quando ficará vedada pela Companhia de Saneamento o lançamento final de esgoto *in natura* sem tratamento, ao meio ambiente;

Art. 3º - esta lei também se aplica a outras localidades não atendidas pela Companhia de Saneamento do Paraná;

Art. 4º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas todas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A Sanepar vem praticando a tarifa a título de coleta e tratamento de esgoto, em percentual de 80%, sobre o valor da tarifa de consumo da água.

Quando efetivamente realiza o tratamento de parte do esgoto coletado, cujo percentual varia de cidade para cidade. Em Curitiba, por exemplo, a Sanepar trata em torno de 40% do esgoto.

Os recursos para a formação do referido Fundo serão gerados pela parte do custo, não incorrendo o esgoto somente coletado e lançado *in natura* em córregos, rios e lagoas.

A Lei Federal nº 6.528/78, em, que a Sanepar baseia a sua tarifação, define que o saneamento básico em relação ao esgotamento sanitário compreendem: Os sistemas de esgotos, definidos como conjuntos de obras, instalações, equipamentos, tem por finalidade coletar, transportar e dar destino final adequado às águas, resíduos, servidas.

“Tem por finalidade coletar, transportar, dar destino final”.

Aonde é o destino final que a Sanepar está dando para o esgoto?

Aqui pelos nossos estudos, em torno de 40% de Curitiba, o esgoto é tratado. O resto para aonde vai?

Vai para os poços, vai para os rios, só que ela está cobrando equivalente a 80% do esgoto!

É nossa idéia criarmos, deputado Pessuti um Fundo, para que em 2005 possamos coletar, obrigatoriamente, 100% do esgoto. Evidentemente, criado este Fundo, ele terá recurso para tal, porque hoje a tarifa mínima serve para os franceses, serve para a empreiteira Andrade Gutierrez, serve para o Banco Fortunity, serve por participação da Copel, mas não serve para o povo.

Esta Casa pode, perfeitamente, recolocar a Sanepar nos trilhos. Aliás, ela está nos trilhos. Ela está nos trilhos da lucratividade! Nunca a Sanepar deu tanto lucro como vem dando agora! Evidente! Um empréstimo de 390 milhões de dólares com a garantia do povo do Paraná e administrada pelo grupo Dominó Holding.

Ainda espero do presidente da Sanepar uma contestação, para que ele nos diga: O que é estatuto? Porque ele assinou o estatuto e mudou o estatuto!

Espero que o presidente da Sanepar possa estabelecer o contraditório. Não recomendar a um funcionário comissionado, para que venha desapontar um deputado que se impõe através do trabalho e da vocação de servir.

Então senhores deputados, eu gostaria, quem sabe, num futuro próximo, reverter a situação administrativa do Estado. Olhe, se imaginarmos quantas obras poderiam ser feitas se não fizessem esses tais consórcios para ganhar concorrência! Há vinte vezes mais do que várias vezes uma determinada obra e esses grande consórcios que fazem, essa sociedade para fazer o caixa 2 do governo, esses picaretas que esquecem que tem gente sem água, sem esgoto, que não tem comida, que anda no ônibus como sardinha em lata. A Garcia, a Sulamericana, a Graciosa e a Princesa dos Campos, monopolizam o setor de transporte. Venceu o contrato? Venceu! Reuniram-se no Palácio Iguaçu a Garcia, a Sulamericana, o governador e mais quatro malandros alongaram por dois

anos o contrato de concessão de transporte coletivo inter-municipal do Estado do Paraná.

Eu apresentei aqui nesta Casa um decreto-legislativo para sustar o decreto do Executivo. E aonde está esse decreto do Legislativo? Nós podemos até aceitar, mas não vamos concordar! Nós podemos até engolir, mas isso não será para sempre! Isto tudo faz parte de um contexto que nos dá aspiração, que nos dá a determinação, deputado Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk, deputados que prezo. Estes estarão junto conosco, com certeza sonhando o mesmo sonho, de mudar essa questão administrativa, de mudar a administração cruel que não olha pelo povo.

Ainda hoje fui ao Banestado e troquei a minha conta. Agora, sou do Itaú. Só que tem o seguinte: 4 bilhões e 25 milhões de reais estão nas nossas costas a serem pagas em 30 anos! Privatizaram o Banco mas mandaram o rombo para a gente pagar em 30 anos. Eu digo “a gente”, porque é evidente, o Estado vai ter menos dinheiro para aplicar na saúde, na educação. Amanhã ou depois, os professores querem aumento, porque precisam de aumento, mas como é que vamos dar, se temos o endividamento do Estado?

Só o Banestado aumenta e representa 15% do que custa a folha dos inativos do Estado!

Então, se tínhamos uma folha de 90 milhões de reais mês para os inativos, nós temos agora, 120 milhões de reais mês, porque temos 30 milhões para pagar a dívida do Banestado. Agora, vamos acrescentar mais 40 milhões de antecipação dos royalties de Itaipu. Então nós não temos 160 milhões de reais! Dobraram o serviço da folha! Dobraram! Tiraram do Estado aquilo que ele tinha de receita e anteciparam e endividaram o Estado, passando ao Banco. Depois, alguém de uma forma mágica comprou todo aquele dinheiro que o Banco tinha a receber, por 8%. E o Itaú, será que não fez o seguinte? Deu como prejuízo, um bilhão e pouco de reais porque comprou por um bilhão e seiscentos e vendeu por 8%?

Vendeu, quem sabe, por 120 milhões e então eu posso lançar como prejuízo contábil, portanto, eu não preciso pagar Imposto de Renda!

Será que isso pode ser verdade? Acho que sim. Aparentemente é uma verdade, até que nos provem o contrário.

Então, senhores deputados, esses questionamentos e essas diferenças é que nos estimulam para lutarmos num caminho comum. Tenho certeza que não vai faltar, nessa caminhada, o PMDB, o PDT, o PL, o PT, PSDB, todos aqueles que querem mudar o comportamento administrativo, mudar a conduta de política, mudar de um caos para um Estado que quer servir a sua gente.

Com certeza, no ano que vem, todos vão se unir nesse palanque. Não é nesse palanque, aqui não é um palanque! Aqui, é uma tribuna, mas é uma tribuna que deve servir para estimular, para mandar recados e para também tentar convencer àqueles que não querem ver

como estamos diante de um caos administrativo no Estado do Paraná.

E a carta aberta que fiz, que mandei vinte e sete pontos ao Ministério Público, dezessete de desrespeito contábil e dez de flagrantes desrespeito à Constituição, e tornei público, através de uma carta, carta aberta.

Quando é o dia que vamos ouvir que efetivamente: está se tomando uma iniciativa? Cadê os motores de Rio Branco do Sul? Cadê os motores que foram enterrados em Rio Branco do Sul? Cadê o Banqueteado Leasing? Onde está? É evidente que não pode estar nas nossas gavetas, porque isso está nas mãos do Ministério Público! É neles que guardamos as nossas esperanças!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário da Liderança do PSDB, o senhor deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente e senhores deputados.

Hoje, por coincidência, fui mencionado muito sobre o Banestado na fala do deputado Neivo Beraldin, na fala do deputado Alborghetti, falando sobre o Bamerindus. Nos comprometemos de, toda quarta-feira, falar sobre o Banestado. Daqui até o final do governo Lerner, eu ou um dos nossos companheiros da Bancada do Bloco Independente de Oposição, estará usando a tribuna para falar sobre o Banestado, para que o governador não diga depois que esquecemos e que foi apenas um ato político, como é da Copel um ato político e que depois esquece e a coisa fica como se nada tivesse acontecido.

Trago algumas reflexões, senhores deputados, para que não percamos, com o passar do tempo, a razão da venda do Banestado e o que significou para todos nós, paranaense, e o que significou a perda do Banestado e a forma pela qual a sua entrega foi feita.

Com a implantação do Plano Real em julho de 94, no governo Itamar Franco, provocou durante o primeiro ano, fortes solavancos no Sistema Financeiro Nacional, consequência natural do processo de ajustes.

Como divulgado pela imprensa e sob a alegação da necessidade de preservar a integridade do sistema, naquele período o Banco Central tomou várias medidas pontuais, que não foram genéricas para todas as instituições, especialmente na negociação de ativos ligados ao próprio governo, Fundo de Compensação Salarial, por exemplo, e as obrigações das estatais. Por não serem genéricas, tais medidas representaram um diferencial de concorrência entre os Bancos.

Neste período, o Banestado tinha um fôlego modesto, mas com um trabalho árduo e uma diretriz correta fechando 95 com uma posição muito boa, para não dizer excelente. Este trabalho foi consubstanciado num programa de fortificação do Banco, montado em conjunto com o Banco Central, que ajudou a monitorá-lo. De outro lado, o Bamerindus, o “Banco da nossa terra”, que era

incomparavelmente o mais forte, aproveitou para consolidar posições. Entre os anos de 96 e 97, o mercado financeiro começou a ouvir os boatos sobre dois Bancos, que por razões diferentes acabaram passando para o noticiário.

E nós, para quem se lembra, já ouvimos falar do BEM - Banco Bamerindus e o Mercantil. No conglomerado Banestado, as subsidiárias de leasing, apresentaram prejuízo superior a meio bilhão de reais em 1996, se trazido pela cotação atual; poderíamos dizer que foi meio bilhão de dólares. E a Corretora Banestado adquiriu na mesma oportunidade, 350 milhões de reais em precatórios, se convertido para a paridade dólar que dava um por um, nós temos mais 350 milhões de dólares, perfazendo um total de 850 milhões de dólares. Só nestas duas instituições, foi sério o prejuízo verificado. Foram protagonistas e fraudes, desvios e incompetências, inclusive com a apurações da CPI dos precatórios e as denúncias oficiais ao Ministério Público, além de constatações de operações de CC-5 de "lavagem" de dinheiro de origem criminosa.

Para se ter uma idéia, tais desmontas geraram para o contribuinte paranaense um "rombo" em cadeia, da ordem de 5,8 bilhões de reais. Se o Conglomerado tivesse sido vendido em outubro de 1995, só a parte do governo valeria mais de 300 milhões de dólares, limpinhos, no caixa do Tesouro paranaense.

Pois bem, nenhuma intervenção, nenhuma liquidação nem nada, apesar das indicações que os auditores do Banco Central foram rigorosos e contundentes nas informações prestadas aos escalões superiores em relação ao Bamerindus, porém, não tiveram a mesma conduta em relação ao Banestado.

De outro lado o Bamerindus, sem os sopros da chamada ajuda sistêmica, sofrendo problemas de liquidez temporária como muitas outras instituições sofreram, levou uma intervenção *manu militare*. Sem discutir e sem questionar houve a intervenção do Banco Central em cima do Bamerindus.

Para mera comparação, segundo os levantamentos realizados no dia da intervenção o Banco Bamerindus possuía disponibilidades imediatas equivalentes a 23,75% das exigibilidades totais. Feita a intervenção, o Banco Central providenciou de imediato a negociação da carteira imobiliária, fazendo com que as disponibilidades do então Banco Bamerindus saltassem dos 23,75, para 60.97 das exigibilidades. Além disso a ele estava vinculada a 3ª maior seguradora do País, a rentável seguradora Bamerindus, foram outras participações acionárias importantes. Tudo isso foi negociado com HSBC por 380 milhões de reais. Se convertido em dólar: 380 milhões de dólares.

Esse mesmo banco, que colocou escuta telefônica, que aqui os deputados que compõem a CPI da Telefonia estão estupefatos pelo que ontem foi declarado em depoimento à CPI. Esses 380 milhões pagáveis em 7 anos. No mesmo momento, o comprador recebeu à vista, cerca de 370 milhões de reais a fundo perdido, para remodelação do banco. Um banco internacional, um banco privado.

Segundo dados divulgados pelo HSBC, seus resultados de 99 e 2000: 240 milhões em 99 e 205 milhões em 2000; somando portanto 445 milhões de resultados desses dois períodos. Indício claro de que as dificuldades poderiam ser contornáveis; elas eram contornáveis. Nada contra os acionistas do HSBC, mas, como aceitar a sangria de riqueza e de recursos públicos, quando falta recurso para educação, para saúde, para transporte, para segurança? E ver o povo sofrido do nosso Estado do Paraná, pagando um pedágio em cima de estradas públicas?

Daí seguem as dúvidas e os mistérios, senhor presidente: por que o Banestado não recebeu o mesmo tratamento? Por que o Governo do Estado não foi ao Banco Central, buscando o mesmo tratamento dado ao Bamerindus? Qual a responsabilidade do Governo do Estado nesse processo? Por que não houve a intervenção no Banestado, como houve pelo Bacen no Banco Bamerindus? Por que se deixou que a hemorragia financeira do Banestado, continuasse gerando um prejuízo para a população do nosso Estado? E se jogado em uma perspectiva de trinta anos, deputada Rafagnin, de 12 bilhões de reais, por que tanta disparidade de critérios com o caso do Bamerindus, em relação ao Banestado?

E os direitos dos minoritários do Banestado, foram respeitados? E aonde estava a comissão de valores mobiliários? E o que tem ela a dizer? Até agora, que saibamos, nada! A sociedade tem o direito e quer saber: por que dois pesos e duas medidas? Aliás, várias denúncias foram apresentadas ao Ministério Público Federal, pedindo investigações específicas? Paralelamente a imprensa, mencionou várias vezes que ocorreram vantagens por fora, para que os compradores pudessem materializar a sua intervenção no Paraná.

O escândalo do Banestado, já estava escancarado, caracterizando claramente, a suspeitíssima omissão das altas autoridades fiscalizadoras e neste caso, do Banco Central, na questão do Bamerindus, com o vazamento pela imprensa de relatórios internos do Banco Central e vitórias judiciais dos minoritários.

Os atuais presidentes e diretores de fiscalização, herdaram a situação: não têm culpa pelo sucedido e têm isenção para agir.

E é por isso, senhor presidente, que estaremos dando entrada com ação, responsabilizando o Governo do Estado, pela situação de dilapidação e irresponsabilidade contra o patrimônio público do Paraná e também, responsabilizando o setor de fiscalização do Banco Central, porque não sacudiu a tempo a fiscalização.

E esta questão, para que não fique no esquecimento da sociedade paranaense, e também não ache o senhor governador do Estado que o Banestado encerrou, nós estaremos, a cada quarta-feira, aqui nesta tribuna, trazendo um relato sobre o Banestado, um relato da situação pós-Banestado, levada a cabo pelo Banco Itaú.

Senhor presidente, eram essas as informações que queríamos trazer, e agradeço pela tolerância do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança da Oposição, Liderança do Governo.
(**Declinam**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de decreto legislativo de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados, Irineu Colombo e Luciana Rafagnin, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

Em votação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação.
Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Chamada nominal requerida pelo deputado Orlando Pessuti.

Convido o 1º secretário para que faça a chamada nominal.

Vinte e quatro senhores deputados responderam à chamada. **Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, já se passou mais de um mês do episódio da Copel e nós não temos tido a presença dos deputados.

Eu tenho uma sugestão à Mesa, e acho que vai fazer com que a Casa volte a funcionar normalmente: que V. Exa. determine na Ordem do Dia, o decreto legislativo que susta o decreto executivo, que alongou, por decreto, as concessões de ônibus do Estado do Paraná, dos ônibus intermunicipais: da Garcia, da Sulamericana, da Graciosa. Com certeza que se constar na Ordem do Dia esse decreto, nós voltaremos à normalidade da Casa.

Então, por duas razões: primeiro, porque nós estamos com isso na Casa engavetado; segundo, porque é de nossa obrigação.

O próprio deputado Nelson Garcia tem na sua região, em Umuarama, problemas com as empresas que monopolizam o setor, que não deixam as outras pequenas estacionarem na rodoviária, porque o monopólio está assegurado pelo Estado, que é o Poder concedente.

E eu gostaria de requerer a V. Exa., senhor presidente, que solicitasse, em nome da Casa, a planilha de custo que determina o valor da passagem. Evidentemente, que nós, tendo essa planilha de custo, vamos verificar por que uma passagem daqui a Foz do Iguaçu tem um preço, e que o cidadão para viajar até Céu Azul tem que comprar até Foz do Iguaçu, porque não tem passagem de Curitiba a Céu Azul. E por que os ônibus também estão faturando mais na bagagem do que na passagem, ou talvez um valor significativo? Quem sabe aí esteja uma maneira também de sonegação de ICMS?

Então, senhor presidente, que esta Casa requeira do secretário de Transportes a planilha de custo que determina o valor da passagem de ônibus no Estado do Paraná.

E a segunda proposição é que esta Casa coloque na pauta o decreto legislativo que susta o decreto executivo, que eu tenho certeza que vai mover o interesse de muito

poucos da Garcia, da Sulamericana, da Graciosa e da Princesa dos Campos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, requerimento nº 2990, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme solicitação ao Exmo. Sr. Corregedor, deputado Caíto Quintana.**

Requerimento nº 3025, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3010 a 3012, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de comunicar a V. Exa. e à Casa que amanhã nós faremos aqui um pronunciamento nesta Casa, não sei se eu ou outro companheiro deputado, aqui, na Base de Resistência, com relação à venda da Copel, sobre um artigo publicado hoje no jornal O Estado de São Paulo, no caderno de Economia, com o seguinte título: "Pedras no caminho da privatização da Copel".

Faremos um comunicado oficial à Casa amanhã desse artigo publicado, tendo em vista que hoje, mais uma vez, tivemos esse problema de quórum para a deliberação da Sessão, e não sei se V. Exa. vai manter a Sessão Extraordinária, logo após a esta Sessão.

Mas, quero aproveitar a oportunidade, senhor presidente, para colocar uma preocupação que temos aí com relação a essas questões que têm acontecido: abre a Sessão, vai até o período de análise da Pauta da Sessão, e aí há sempre a verificação de quórum e não há possibilidade da votação dos projetos, não há possibilidade da votação dos requerimentos, deputado Anibelli.

Eu não sei o que acham os companheiros aqui, mas daqui há pouco vai estar estampado numa manchete de jornal aí dizendo que a Assembléia faz não sei quanto tempo que não vota um projeto e aí, obviamente, nós teremos que explicar esta situação que temos vivenciado aqui.

Então, gostaria que V. Exa. conversasse com o deputado Hermas Brandão para se estabelecer uma pauta mínima, deputado Elio Rusch, e que houvesse a concordância dos companheiros da Bancada do Governo e tocássemos normalmente a Sessão, quer dizer, votássemos aqui as matérias pré-estabelecidas na pauta, porque

está ficando complicada esta situação. Chega sempre na hora da votação, há a verificação de quórum, e V. Exa. obviamente não tem culpa, e não há quórum para deliberação e automaticamente vai se passando a pauta para outro dia e nós continuamos aqui.

Então, faço esta questão de ordem a V. Exa., se pudesse conversar com o deputado Hermas Brandão para que obtivéssemos uma pauta mínima de concordância com as lideranças e pudéssemos fazer com que a Assembléia tivesse seu andamento normal durante as Sessões aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Eu já tenho regime de urgência do decreto legislativo que susta o decreto executivo, referente ao monopólio de ônibus, já está com regime de urgência no mínimo há seis meses.

E eu fiz uma questão de ordem solicitando se V. Exa. pode incluí-lo na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu não sei, deve estar nas Comissões, eu não posso incluir.

Vou levar à Presidência da Assembléia, ao deputado Hermas Brandão, esta questão de ordem levantada por V. Exa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 093/99; 307/2001; 311/2000; 316/2001 e de Resolução nº 023/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031/99 e 204/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201 e 310/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284, 342/2000; 101, 213, 350, 353, 360 e 365/2001.

Levanta-se a Sessão.